



RESPEITANDO A DIVERSIDADE

Autoria: AÇUCENA MARIA CALIXTO BONANATO

SÃO PAULO

MANUAL DO INSTRUTOR

www.institutoprocidadania.org.br



INDICE

I. APRESENTAÇÃO.....	2
I.a. O INSTITUTO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	2
II. INTRODUÇÃO	3
II.a. A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	3
II.b. EDUCAÇÃO ESPECIAL	3
II.c. FUNDAMENTAÇÃO	5
II.c.I Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	5
II.c.II Lei nº 8.213, de 20 de julho de 1991.....	5
II.c.III Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	5
II.c.IV Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001	5
II.c.VI Declaração de Madri.....	5
III. OBJETIVOS	6
COMO TRATÁ-LOS ?.....	7
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL.....	8
DEFICIENTE AUDITIVO	9
LIMITAÇÃO MOTORA.....	10
Cadeirantes	10
LIMITAÇÃO MENTAL.....	11
O MENINO E O CACHORRO	12
GLOSSÁRIO	13



I. APRESENTAÇÃO

I.a. O INSTITUTO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

O INSTITUTO consolidou ao longo dos anos a posição de parceiro estratégico de seus clientes pela constante evolução e atualização junto às demandas sociais. Oferece profissional com experiência para diagnosticar problemas e apresentar soluções para o desenvolvimento do capital humano.

Nossa preocupação envolve o aprimoramento não só de produtos e processos, mas também da qualidade das relações sociais e ambientais, porque acreditamos na contribuição que cada empresa pode dar para a construção de uma sociedade mais saudável ao comprometer-se com programas sociais.

Nossos valores evidenciam o alinhamento do foco do nosso negócio com os interesses da sociedade. A postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos do INSTITUTO fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de relações com seus clientes e parceiros, bem como com os poderes públicos, tendo como preocupação a constante melhoria das condições sociais e políticas do país. Incorporar comportamentos que transcendam às exigências trabalhistas e legais agrega valor à imagem da empresa, ampliando os vínculos com nossos clientes internos e externos.

Acreditamos fortemente contribuir para com a responsabilidade social, elaborando projetos e desenvolvendo um conjunto de ações que privilegiem o aperfeiçoamento e a implementação de programas estratégicos na área social, propiciando a realização profissional das pessoas, promovendo benefícios para os parceiros e para o meio ambiente além de trazer retorno para os investidores e para a sociedade.



II. INTRODUÇÃO

II.a. A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

A constante evolução da economia mundial, integrando os mercados e globalizando a competição, leva grande parte das empresas a rever suas estratégias de negócio e padrões gerenciais para enfrentar os desafios.

Esta reorganização dos valores não se restringe ao universo corporativo, mas envolve a sociedade de uma forma mais ampla. Inicia-se a constatação e aceitação da diversidade humana, onde muitas vezes as necessidades e habilidades apresentam-se diferentemente entre as pessoas, fazendo com que o cuidado com as pessoas portadoras de deficiência tenha um caráter preventivo e de maior adaptabilidade, como é o caso da Educação Especial, regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases.

Os resultados do censo do IBGE mostraram um número maior de portadores de deficiência do que o esperado: 24,5 milhões de pessoas, ou seja, 14,5% da população brasileira. A estimativa usada por quem lida com o assunto, como a CORDE (Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência), órgão do Ministério da Justiça, apontava taxa de 10% da população brasileira. São maioria os casos de problema de visão: 48,1%. A seguir vêm os casos de deficiência motora (22,9%), auditiva (16,7%), mental (8,3%) e física (4,1%).

Em 1998, havia 293.403 alunos matriculados nos estabelecimentos escolares que necessitavam de educação especial. Apresentavam-se distribuídos da seguinte forma: 58% com problemas mentais; 13,8%, com deficiências múltiplas; 12%, com problemas de audição; 3,1% de visão; 4,5%, com problemas físicos; 2,4%, de conduta. Apenas 0,3% com altas habilidades ou eram superdotados e 5,9% recebiam "outro tipo de atendimento" (Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 1998, do MEC/INEP).

As modalidades de atendimento educacional, segundo os dados de 1997, predominavam as "classes especiais", nas quais estavam 38 % das turmas atendidas. 13,7 delas estavam em "salas de recursos" e 12,2% em "oficinas pedagógicas". Apenas 5 % das turmas estavam em classes regulares com apoio pedagógico e 6% eram de "educação precoce". As informações de 1998 estabeleciam outra classificação, chamando a atenção que 62% do atendimento registrado estava localizado em escolas especializadas, o que refletia a necessidade de um compromisso maior da escola comum com o atendimento do aluno especial.

II.b. EDUCAÇÃO ESPECIAL

O acesso à formação escolar que propicia o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas, afetivas e intelectuais das crianças constitui problema extremamente sério para o desenvolvimento social.

No caso da Educação Especial, o planejamento se ressentia de informações. Não se sabe o número de crianças e jovens que apresentam necessidades especiais, uma vez que os recenseamentos não fornecem esta informação. Sabemos apenas que o atendimento é muito reduzido, pois o Censo Escolar de 1996 registra apenas, na categoria de Educação Especial, para todo o Brasil, um número irrisório de matrículas.



A legislação brasileira determina que a Educação Especial deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, indicando claramente a concretização de uma política de integração. Entretanto, tanto as escolas quanto os professores não estão, em geral, preparados para esse tipo de atendimento. Desta forma, milhares de crianças e jovens foram e são colocados à margem do sistema escolar e privados do acesso à cidadania e ao desenvolvimento pessoal a que têm pleno direito.

Diante destes fatos, o desenvolvimento de programas educacionais sistematizados para a Educação Especial é de real importância. Deve-se considerar que, para esses alunos, quanto mais cedo forem detectados os problemas e oferecidos programas especiais de atendimento, tanto maiores serão as possibilidades de atenuar as conseqüências das deficiências e reduzir os custos futuros.

É importante ressaltar que a integração total ou parcial dos educandos especiais nas classes regulares é perfeitamente possível na grande maioria dos casos, desde que haja uma adequada formação de professores e a sensibilização da comunidade escolar. Casos mais sérios, caracterizados por alto grau de comprometimento mental ou por deficiências múltiplas, principalmente as sensoriais, exigirão atendimento educacional diferenciado e deverão ser conduzidos para instituições especializadas.

A formação de educadores com capacidade de oferecer atendimento aos educandos especiais é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação. Não podemos pensar em uma escola que desenvolva o senso de cidadania e de formação acadêmica sem que seus professores estejam preparados para atendê-los adequadamente.



II.c. FUNDAMENTAÇÃO

II.c.I Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

II.c.II Lei nº 8.213, de 20 de julho de 1991

II.c.III Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

II.c.IV Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001

II.c.VI Declaração de Madri

A legislação acima mencionada pode ser encontrada no site do [Instituto Pró-Cidadania](http://www.institutoprocidadania.org.br) na seção de legislação (www.institutoprocidadania.org.br).



III. OBJETIVOS

- Informar e orientar os participantes sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que diz respeito à Educação especial.
- Abordagem e cumprimento da Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 Art. 58 a 60 e Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional que dispõem sobre a educação especial, preferencialmente oferecida na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais.
- Fornecer assessoria de apoio especializado, focando as melhores técnicas de abordagem e comunicação, facilitando a interação social com os educandos especiais com possibilidade de interatividade e de alfabetização, valorizando suas competências.
- Capacitar os participantes a desenvolverem recursos didáticos diferenciados para a preparação das aulas a serem transmitidas aos educandos especiais.
- Exercitar através de atividades vivenciais a aplicação prática do conteúdo do curso.



COMO TRATÁ-LOS ?

1. Como gente, crianças comuns, mas que sabem sobre os seus limites
2. Sem espanto, com naturalidade
 - Não exclame, ou demonstre surpresa
 - Não lamente ou conforte, como: “é o destino”
3. Expresse interesse pela pessoa e não pela limitação
4. Seja natural
5. Informe-se antes de realizar perguntas inadequadas, ou inconvenientes
6. Se puder ajude, mas espere pelo pedido. Oferecer ajuda constante, incomoda
7. Não o use como ponto de referência
8. Não distinga-os em classes ou categorias
9. Não apadrinhe
10. Não despreze
11. Não expresse dó ou piedade
12. Não subestime
13. Deixe os colegas à vontade para apelidarem



PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL

- Sua limitação é visual e não mental
- Expressam interesse por você, perguntam muito e com detalhes
- São falantes por natureza
- Enxergam através dos olhos dos outros, portanto descreva com riqueza de detalhes
- Melhor passatempo é a leitura ou música
- Não são SURDOS, portanto dirijam-se a eles
- Não são superdotados por utilizarem mais os outros sentidos, do que a maioria das pessoas
- Não têm sexto sentido
- Fale a palavra ver, sem constrangimento – só não peça que ele o faça
- Não contam os passos. Têm plena noção de espaço
- O aperto de mão substitui o sorriso
- Não empurre ou puxe
- Não deixe portas ou janelas entreabertas, feche ou encoste à parede, quando abertas
- Não deixe objetos no caminho por onde uma pessoa com deficiência visual costuma passar
- Não bata a porta do automóvel sem ter a certeza de que não vai prender os dedos dele
- Não deixe de se anunciar ao entrar no recinto e ao sair dele
- Preferencialmente podem ler material didático pelo computador, com um software de decodificação pela voz (Virtual Vision, por ex.)
- Também pode-se gravar aulas teóricas, ou pedir que gravem para estudar depois
- Lições de casa podem ser feitas com o uso de gravador ou por computador, imprimindo a lição
- Provas podem ser orais ou por computador
- Desenhos podem ser substituídos por descrições, interpretações ou simbologias criativas
- Leia em voz alta tudo o que escrever



DEFICIENTE AUDITIVO

- A linguagem gestual é a língua universal (Libras)
- São mais concentrados nas tarefas
- Não fala porque ninguém ensina. Emitem som
- São mais ansiosos do que os outros, quanto ao domínio da palavra
- Se usar aparelho, ou prótese auditiva, **NÃO GRITE**
- Não fale a suas costas
- Não cutuque para chamá-lo
- Fale pausadamente, olhando para ele
- Não atrole seu raciocínio, completando a frase
- Deve-se sempre incentivar a falar e não gerar formas alternativas de comunicação, como a escrita
- Deve posicioná-lo sempre à frente, olhando diretamente para a boca do professor, todo o tempo
- Não fale de costas, enquanto escreve. Ele não ouvirá, nem entenderá
- São agitados, mas não são rebeldes. Deixe-os se movimentar, se quiserem
- Não resuma grandes discussões. Faça-os participar delas



LIMITAÇÃO MOTORA

Cadeirantes

- Não empurre, sem ser solicitado
- Não brinque de “soltá-lo” na ladeira, ou qualquer outra brincadeira que possa causar um acidente
- Cuidado com a força das mãos
- Deixe – o pegar o que caiu
- Ofereça ajuda para pegar objetos no alto – remaneje objetos de uso constante
- Não coloque nada sobre a mesa ou no seu material, sem que vejam – o senso de organização dos Portadores de Deficiência em geral é muito grande
- Não se abstenha de contar passeios, prática de esportes,.....
- Ofereça auxílio em passagens de difícil acesso
- São mais irritadiços. Estão mais próximos da condição de normalidade, mas sentem-se excluídos
- Não têm dificuldade em se comunicar
- É freqüente o tratamento médico prolongado



LIMITAÇÃO MENTAL

A deficiência mental refere-se a padrões intelectuais reduzidos, apresentando comprometimentos de nível leve, moderado, severo ou profundo e inadequação do comportamento adaptativo, tanto maior quanto o grau do comprometimento (dificuldades cognitivas).

Mental Leve: Apresentam sociabilidade e capacidade adaptativa em determinadas situações, são treináveis para o trabalho e executam melhor a atividade repetitiva ou rotineira. Idade mental abaixo da idade cronológica, por isso tem dificuldades ou atraso na aprendizagem. Ex. Síndrome de Dow

Mental Moderado a Profundo: Apresentam características de pouca sociabilidade e inadequação de comportamentos, sendo mais difícil o seu treinamento e educação pois por vezes não respondem ou interagem com outras pessoas, criando seu “mundo” particular.

- São dóceis, amáveis e carinhosos
- Têm grande percepção do meio e de sentimentos
- Aprendem com maior dificuldade e por repetição



O MENINO E O CACHORRO

Um menino entra na lojinha de animais e pergunta o preço dos filhotes à venda.

- Entre 30 e 60 reais, respondeu o dono.

O menino puxou uns trocados do bolso e disse:

- Mas, eu só tenho 10 reais...

- Poderia ver os filhotes?

O dono da loja sorriu e chamou Lady, a mãe dos cachorrinhos, que veio correndo, seguida de cinco bolinhas de pêlo. Um dos cachorrinhos vinha mais atrás, com dificuldade, mancando de forma visível.

O menino apontou aquele cachorrinho e perguntou:

- O que é que há com ele?

O dono da loja explicou que o veterinário tinha examinado e descoberto que ele tinha um problema na junta do quadril - mancaria e andaria devagar para sempre.

O menino se animou e disse com enorme alegria no olhar:

- Esse é o cachorrinho que eu quero comprar!

O dono da loja respondeu:

- Não, você não vai querer comprar esse. Se quiser realmente ficar com ele, eu lhe dou de presente.

O menino emudeceu e, com os olhos marejados de lágrimas, olhou firme para o dono da loja e falou:

- Eu não quero que você o dê para mim. Aquele cachorrinho vale tanto quanto qualquer um dos outros e eu vou pagar tudo. Na verdade, eu lhe dou 10 reais agora e 10 reais por mês, até completar o preço total.

Surpreso, o dono da loja contestou:

- Você não pode querer realmente comprar este cachorrinho. Ele nunca vai poder correr, pular e brincar com você e com os outros cachorrinhos.

O menino ficou muito sério, acocorou-se e levantou lentamente a perna esquerda da calça, deixando à mostra a prótese que usava para andar...

Olhou bem para o dono da loja e respondeu:

- Veja... não tenho uma perna... Eu não corro muito bem e o cachorrinho vai precisar de alguém que entenda isso.



GLOSSÁRIO

Deficiência: É qualquer perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, decorrente de causas congênitas e/ou adquiridas.

Deficiência da Fala: Refere-se à dificuldade de expressão pela palavra. Pode ser parcial (gagueira), ou total. Importante saber que a deficiência da fala só se estabelece por problemas nas cordas vocais, articulação da mandíbula ou problemas na língua. Salvo essas condições a pessoa tem o poder da fala, mas não sabe articular o som.

Deficiência Física: Refere-se a perda ou redução da capacidade motora. Um procedimento comum é referir-se aos portadores de deficiência de qualquer tipo, chamando-os todos como “deficientes físicos”, o que é um equívoco, pois desconsidera –se as pessoas com deficiência sensorial ou mental.

A deficiência física engloba vários tipos de limitação motora. Os principais são os seguintes:

Paraplegia: paralisia total ou parcial da metade inferior do corpo, comprometendo as funções das pernas. Geralmente, é causada por lesão na medula espinhal ou por poliomielite.

Tetraplegia: paralisia total ou parcial do corpo, comprometendo as funções dos braços e pernas. Possuem as mesmas causas da paraplegia.

Hemiplegia: paralisia total ou parcial das funções de um só lado do corpo. As causas são as lesões cerebrais por enfermidade, golpe ou trauma.

Amputação: falta total ou parcial de um ou mais membros.

Malformação Congênita: anomalia física desde o nascimento.

Paralisia Cerebral: termo amplo que designa um grupo de limitações psicomotoras resultantes de uma lesão do sistema nervoso central. Geralmente os portadores de paralisia cerebral possuem movimentos involuntários, espasmos musculares repentinos, chamados espasticidade. Ao utilizar a terminologia, atente para o fato de os músculos, e não a pessoa, serem espásticos.

Paralisia cerebral apresenta diferentes níveis de comprometimento, dependendo da área da lesão no cérebro. É impróprio concluir que uma pessoa com paralisia cerebral possui também deficiência mental.

Embora haja casos de pessoas com paralisia cerebral e deficiência mental, essas duas condições não acontecem necessariamente ao mesmo tempo.

Deficiência Mental: Refere-se a um padrão intelectual reduzido e consideravelmente abaixo da média.

Deficiência mental não é doença mental. São condições muito diferentes.

As conotações LEVE, MODERADA, SEVERA OU PROFUNDA são termos que indicam níveis de comprometimento ou dificuldades cognitivas.

Expressões como retardado mental, retardamento mental, retardo mental, débil mental, entre outras, não são admitidas.

Síndrome de Down: É um erro genético que se caracteriza principalmente por sinais físicos e desenvolvimento motor e mental diferentes.

Síndrome: Significa conjunto de sinais e sintomas que caracterizam uma condição e Down é o sobrenome do cientista que descreveu essa síndrome com estas características. Termos como “mongol”, ou “mongolóide” não são admitidos.



Deficiência Múltipla: Refere-se a duas ou mais deficiências ao mesmo tempo numa mesma pessoa.

Deficiência Sensorial: Divide-se em VISUAL e AUDITIVA

- Deficiência Visual: refere-se a uma perda total ou parcial da visão.

- Deficiência Auditiva: refere-se a uma perda total ou parcial da audição.

Desvantagem: É consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita e/ou impede o desempenho de atividades que são normais ao ser humano em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais.

Empregabilidade: Competência profissional, grau de facilidade de colocação no mercado de trabalho. Disposição para aprender continuamente e capacidade para empreender.

Equiparação de Oportunidades: É o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade (meio físico, cultural, moradia, transporte, serviços sociais e de saúde, oportunidades de educação e trabalho, vida cultural e social, incluídas instalações esportivas e de lazer) se torna acessível a todos. As medidas de equiparação de oportunidades incidem sobre as condições do meio físico e social, eliminando todas as barreiras que se oponham à igualdade e à efetiva participação das pessoas com deficiência, criando-se oportunidades para seu desenvolvimento biopsicossocial e pessoal.

Incapacidade: É qualquer restrição ou falta (em consequência de uma deficiência) da capacidade de exercer uma atividade da maneira considerada como normal, ou como tal classificada, para um ser humano.

Inclusão: Paradigma que estabelece que as políticas, programas, serviços sociais e a própria sociedade devem permitir à pessoa com deficiência acesso igualitário aos recursos disponíveis na comunidade, atendidas às suas peculiaridades, permitindo-lhe exercer o direito de participar da edificação social.

Integração: Processo que visa à inserção da pessoa portadora de deficiência em todos os setores da sociedade (político, econômico, social, cultural). Fundamenta-se no princípio da igualdade e construção da cidadania.

Interatividade: Processo que visa facilitar a comunicação e o relacionamento entre as pessoas portadoras de deficiência e a sociedade em geral.

Reabilitação Profissional (Novo Conceito): Valorização da liberdade e autonomia das pessoas com deficiência, tornando-se gestores de seu próprio processo e responsáveis de maneira significativa pelo êxito do mesmo. Orientação das instituições de reabilitação profissional sobre como exercer seu papel de facilitadores dos processos de reabilitação.